

PIB cresce, mas não alimenta a inflação

Resultado positivo de 1,4% no primeiro trimestre projeta fechamento anual entre 3,5% e 4%

SIMONE CAVALCANTI, LUCIANA COLLET E FERNANDA ROCHA
SÃO PAULO E RIO

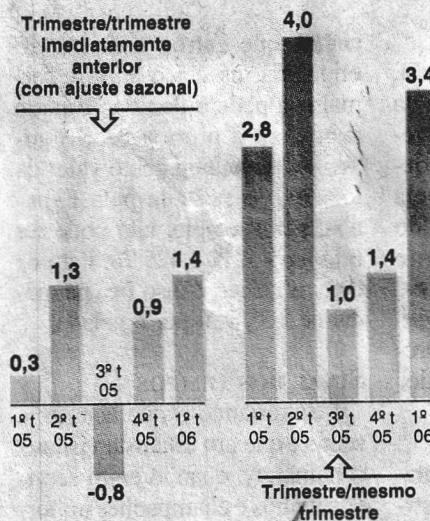
A expansão econômica de 1,4% entre o primeiro trimestre deste ano e o último de 2005 e de 3,4% na comparação com igual período do ano passado, divulgada ontem pelo IBGE, não representa perigo ao cumprimento da meta de inflação de 4,5% em 2006, segundo analistas ouvidos por este jornal. A análise está baseada no fato de o crescimento ter sido puxado em especial pelos investimentos — Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) — e menos pelo consumo das famílias.

Segundo o economista-chefe da RC Consultores, Marcel Perei-

MAIOR VIGOR

Variação do PIB - em %

Trimestre/trimestre imediatamente anterior
(com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE

ra, os níveis de uso da capacidade instalada estão bem comportados e não há pressão de oferta que sinalize um aumento de preços. “Esse resultado do PIB indica estabilidade”, afirmou o especialista, que prevê uma expansão de 3,7% para o ano.

Guilherme Maia, da Tendê-

cias Consultoria, acrescenta que o risco para a inflação é muito baixo, uma vez que o PIB potencial estimado — capacidade de a economia crescer sem gerar pressão nos preços — está entre 3,5% e 4%. Projeções de analistas privados e do governo estão em torno desses percentuais.

Outro ponto destacado, desta vez pelo diretor-executivo da Fecomércio, Antonio Carlos Borges, é a mudança no perfil do consumo das famílias em 2006, que cresceu 0,5% no primeiro trimestre. Para Borges, o produto desse ano deve aumentar 3,5%.

O presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, Herom do Carmo, avaliou que, além de o cenário de crescimento da economia com ampliação dos investimentos não afetar a meta da inflação ainda

Continua na página A-4

PIB cresce, mas não alimenta a inflação

SIMONE CAVALCANTI, LUCIANA COLLET
E FERNANDA ROCHA
SÃO PAULO E RIO

Continuação da página A-1

amplia a possibilidade de controle do aumento de preços. "A inflação está sob controle. Se crescimento maior fosse sinônimo de inflação maior, a inflação da Índia e da China seria espantosa", disse. China e Índia divulgaram recentemente os respectivos PIB para o primeiro trimestre do ano (em relação ao mesmo período de 2006) e, mais uma vez, o Brasil ficou bem atrás: A China registrou 10,3%; Índia, 9,3%; México (5,5%) e Argentina (8,6%).

Gastos públicos e carga tributária bem acima da média de seus similares, segundo relatório da Moody's em matéria publicada neste jornal na última segunda-feira, são dois dos principais fatores de ineficiência apontados como responsáveis pelo fato de o Brasil crescer pouco.

CONSUMO PRESSIONA MENOS

Borges recorda que, nos anos anteriores, por conta da maior oferta de crédito, foi registrado um aumento na compra de eletrônicos e que agora o consumo estaria baseado em vestuário e alimentos, impactando menos na apuração da inflação.

Segundo Pereira, apesar das bases deprimidas do terceiro e quarto trimestres de 2005 darem um impulso maior para os mesmos períodos deste ano, o enfraquecimento da demanda externa será um fator a puxar para baixo os percentuais, ao contrário do que ocorreu nos últimos anos.

Para Herom do Carmo — que diante da taxa anualizada de 5,7% registrada ontem diz acreditar que há chances de o País crescer até 5% este ano —, o único fator que poderá arrefecer o ritmo é o impacto da economia norte-americana. "Se a economia mundial for capaz de absorver o solavanco, como já ocorreu em anos anteriores, não há porque prever redução no crescimento."

A avaliação positiva da economia brasileira com base nos dados divulgados ontem pelo IBGE não são suficientes, porém, para reduzir a preocupação da equipe econômica do governo com os efeitos da economia dos EUA no País, mais precisamente no câmbio, e seu consequente impacto na inflação. Segundo analistas,

esse foi um dos principais motivos que fez o Comitê de Política Monetária (Copom) optar por desacelerar a queda na taxa básica de juros, a Selic, e realizar um corte de 0,5 ponto percentual.

Para o economista-chefe da **Austin Rating**, Alex Agostini, se o BC considerasse o investimento na ampliação da capacidade de produção do País e nas atuais taxas de inflação para decidir sobre queda da taxa de juros, provavelmente o corte seria mais acentuado. "A volatilidade observada no



Herom do Carmo

mercado financeiro nas últimas semanas não modificou as condições finanças da economia brasileira, portanto não haveria porque alterar a intensidade da queda, mas na dúvida de um eventual impacto futuro o BC prefere cortar menos."

Pereira concorda que haveria espaço para uma redução de 0,75 p.p. sem qualquer comprometimento da meta. No entanto, lembrou ele, que apostava no recuo de 0,5 ponto percentual, os integrantes já avisaram na última ata da reunião que a redução poderia ser feita com maior parcimônia.

Já para Borges, a volatilidade internacional seria suficiente para o BC paralisar temporariamente a queda da Selic. Segundo ele, o corte de 0,5 p.p. é mais influenciado por fatores político-eleitorais, que são fortes neste ano, do que seria se os integrantes do grupo seguissem sua ortodoxia usual. "Se fôssemos considerar mantida a ortodoxia, o Copom não mexeria nos juros agora por causa dos efeitos que vêm sendo sentidos tanto no risco-país quanto no câmbio por causa das duas balanças internacionais".

Para a economista-chefe da **Mellon Global Investment Brasil**, Solange Srou, as turbulências que o mercado vem sofrendo nas últimas semanas deve afetar a trajetória da taxa básica de juros (Selic) e, consequentemente, o PIB, mas não este ano, e sim em 2007. "A instabilidade do mercado nos fez rever a expectativa da Selic, que estava entre 13,5% e 14% ao ano, para 14,5% anuais. No entanto, toda vez que se modifica a política monetária, o efeito da atividade se dá com uma defasagem, geralmente, de seis a nove meses."